

Discutir nossa dívida,

Esta é a posição do governo, que não pretende submeter a discussão da sua dívida ao

Durante reunião-almoço com líderes e parlamentares do PMDB e do PFL, no Ministério da Fazenda, o ministro Francisco Dornelles (foto) afirmou que o Brasil não pretende submeter-se ao fórum de Nova York para discutir divergências na sua dívida externa e poderá até mesmo não aceitar o julgamento do Federal Reserve (o banco central norte-americano).

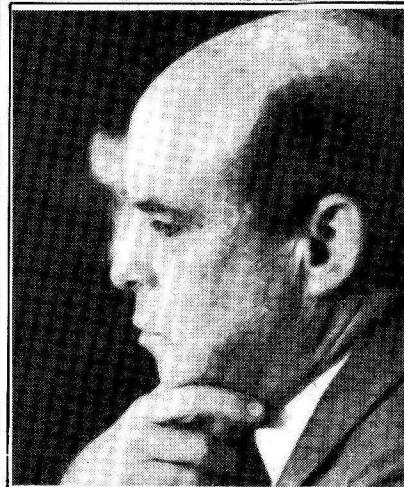
Segundo relatou o líder Humberto Lucena, em seus contatos nos Estados Unidos com o Fundo Monetário Internacional e bancos credores, Dornelles deixou clara a posição do governo: o Brasil quer combater a inflação, mas sem retornar ao processo recessivo e muito menos aceitar termos que possam atingir a soberania nacional.

Evitando dar detalhes da reunião, o líder Pimenta da Veiga apenas comentou que foi muito boa a receptividade dos parlamentares à atitude do ministro, de discutir previamente com as lideranças da Aliança Democrática todos os problemas relacionados com a dívida externa. Lucena, confirmando, disse que Dornelles assegurou que discutira previamente com a liderança da Aliança Democrática.

Outro participante do encontro, deputado Walmor de Luca (SC), vice-líder do PMDB, informou que o ministro fez comentários sobre a situação dos bancos privados brasileiros junto a bancos norte-americanos, "mas sem nominá-los".

O ministro confirmou que o montante da dívida externa é superior a 94 bilhões de dólares e que há muito tempo o Brasil vem deixando de pagar o principal. Mas o pagamento dos juros, disse Dornelles, está sendo feito em dia. Para este ano há um saldo de 12 bilhões de dólares para atender ao serviço da dívida externa.

De acordo com as informações de Lucena, o ministro da Fazenda pretende negociar o endividamento em 16 anos, com carência de sete anos — pagamento do principal — num limite de 43 bilhões de dólares. Os acordos anteriores, revelou o ministro, não são da responsabilidade do governo Sarney.



Ele mostrou aos credores que devemos zerar tudo e começar novas negociações — observou o senador.

Dornelles, ao comprometer-se com a discussão prévia de acordos sobre a dívida externa, descartou a hipótese de submeter o problema formalmente ao Legislativo, por falta de amparo legal. Mas deixou claro que o Brasil passará a agir no campo da dívida externa se contar com o respaldo da Aliança Democrática.

— O ministro disse nos Estados Unidos que o Brasil tem um governo democrático e que não pode mais decidir questões relevantes, como a da dívida externa, sem o respaldo das forças políticas que o apóiam — revelou o líder do PMDB no Senado.

O líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, justificou sua decisão em dar detalhes da reunião com o ministro da Fazenda por entender que possíveis revelações "poderiam prejudicar as negociações em curso no Exterior". Mas declarou que Dornelles pretende reunir-se, em breve, com deputados e senadores que integram as Comissões de Economia e de Finanças da Câmara e do Senado, de todos os partidos, para discutir a política econômica e a dívida externa.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, disse que Dornelles comunicou aos líderes da Aliança Democrática a "receptividade" e a "boa vontade" da comunidade financeira internacional em negociar com o Brasil, atribuindo essa postura

"ao novo governo instalado no País".

Mais prazo

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, embarca domingo para Nova York para acertar com o Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, uma prorrogação de 90 dias para o pagamento da parcela da dívida externa vencida desde janeiro. O interesse em prorrogar este pagamento por mais três meses ou quatro, se for possível, é porque o Brasil precisa fechar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O governo brasileiro está bastante confiante na prorrogação do pagamento, principalmente porque o FMI é uma espécie de ponte entre os bancos credores e o Brasil. Segundo um técnico do Banco Central, não existe qualquer interesse dos bancos credores em radicalizar para o pagamento da parcela da dívida que já venceu, quando ainda está em negociação o acordo entre o Brasil e o FMI.

Déficit público

Os ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad, reuniram ontem seus principais assessores na Seplan para examinar os três orçamentos — monetário, fiscal e das estatais — e a consistência da aplicação das medidas necessárias para cortar o déficit público, como redução dos investimentos das estatais, controle de preços sobre serviços e tarifas públicas, e outras.

Os dois ministros salientaram que foi apenas uma reunião de rotina, que deverá repetir-se periodicamente. O secretário-general da Seplan, Andreatta Calabi, disse que uma das poucas conclusões foi de que o controle de preços não traz, ainda, pressões insuportáveis para o setor público, de forma que os reajustes de preços de estatais ainda são atenuados por algum tempo.

Por sua vez, o secretário especial de Abastecimento e Preços, João Luís da Silva Dias, disse que a sua estimativa para a inflação este mês é de 7%, e não mais 5%, por causa do dissídio dos trabalhadores da construção civil em São Paulo.

fórum de Nova York nem aceitar o julgamento da Reserva Federal dos EUA

mas com soberania